

CONCLUSÃO GERAL

Como já foi referido, é consensual entre críticos e proponentes da *inclusão*, que o sucesso das escolas inclusivas depende da reestruturação da escola e duma reorganização do atendimento prestado por todos os agentes educativos.

Atendendo à complexidade e diversidade dos problemas escolares que os alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou problemas comportamentais experimentam no seu percurso escolar, é de todo imprescindível que se produza mais investigação e conhecimentos, para se proceder a um atendimento educativo mais eficaz a estes alunos.

O objectivo geral deste estudo é contribuir para um melhor conhecimento das atitudes e percepções dos professores relativamente à inclusão educativa de alunos com Dificuldades de Aprendizagem (DA) e/ou Problemas de Comportamento (PC), procurando especificar vários aspectos relacionados com a aplicação de um conjunto de diplomas legais que legitimam a aplicação prática dos modelos conceptuais sobre a inclusão.

Se por um lado, como qualquer trabalho desta natureza, tem limitações, por outro lado apresenta também potencialidades. As limitações dizem respeito à representatividade da nossa amostra, que derivando dum procedimento não probabilístico, incidental, pode ter influenciado os resultados, comprometendo assim a generalização dos dados e das conclusões obtidas para outras situações, para além daquelas em que este estudo se concretizou.

Por outro lado, a adopção de uma metodologia mista (análise quantitativa e análise qualitativa), permitiu fazer uma leitura do real de várias perspectivas, conduzindo a uma maior riqueza nos dados recolhidos.

A recolha de dados da primeira fase do estudo foi feita através da utilização do conjunto de questionários usados no estudo de Monteiro (2000), tendo-se tomado conhecimento com as diferenças de opiniões existentes nos quatro grupos de referência, relativamente às suas percepções face ao atendimento educativo prestado aos alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou problemas comportamentais.

Na segunda e última fase, foram retomadas algumas das questões da primeira fase, para uma análise mais aprofundada. De facto a entrevista, que partiu dum guião por nós elaborado e na qual se efectuou um processo duplo de análise vertical e horizontal dos indicadores, revelou-se um instrumento rico para o prosseguimento e aprofundamento dos objectivos do trabalho.

De uma maneira geral, tanto os professores de educação regular como os professores de educação especial, parecem revelar uma atitude favorável em relação à inclusão de alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou problemas comportamentais e

concordam que esses alunos têm direito a uma educação na escola regular. No entanto nem todos concordam que esses mesmos alunos beneficiem sempre com a integração a tempo inteiro na sala de aula. A sala de apoio é considerada por metade dos professores inquiridos como o local mais adequado ao ensino de alunos com necessidades educativas especiais (note-se que neste aspecto, existem pequenas diferenças entre a percepção dos professores de educação especial e a percepção dos professores de educação regular), e cerca de metade dos professores também considera que os alunos sem problemas são prejudicados quando na turma existem alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou problemas comportamentais.

Embora pareça que os professores de educação regular estão dispostos a ensinar alunos com necessidades educativas especiais, ao considerarem que é viável realizarem as adaptações instrucionais e curriculares necessárias, a maior parte deles não está preparada para lidar com a diversidade desse alunos, manifestando um grau de satisfação francamente mais elevado em ensinar crianças sem problemas.

Um número considerável destes professores considera uma tarefa difícil ensinar alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou comportamento, não concorda que as necessidades da maioria desse alunos possam ser satisfeitas sem o apoio da educação especial, revela-se insatisfeita ao ensinar alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou problemas comportamentais e considera que os professores de educação especial possuem uma melhor preparação e que usam métodos mais eficazes.

A grande maioria dos professores considera que não existem as condições necessárias para o sucesso da inclusão educativa dos alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou problemas comportamentais. Além da necessidade de mais recursos humanos, os professores apontam como condição indispensável para o sucesso educativo desses alunos, a mudança nas escolas a nível da dinâmica escolar e da organização curricular. Mudanças a nível de política educativa são também referenciadas mas em menor escala.

De facto, nas *Novas Orientações dos Apoios Educativos* é aconselhado, como já foi referido, um atendimento a estes alunos que passa por mudanças no contexto da sala de aula a nível de estratégias de ensino e de flexibilização curricular, mas considera a colocação de mais professores de educação especial como não imprescindível, uma vez que se reconhece que as necessidades desses alunos não devem, na maioria dos casos, ser atendidas com medidas de educação especial. No entanto, no nosso estudo os professores

continuam a considerar o professor de educação especial imprescindível no apoio aos alunos com necessidades educativas especiais.

Ao reflectirmos sobre estes aspectos, somos levados a considerar que a problemática da inclusão, exige não só o suporte de instrumentos legislativos, mas também uma mudança educacional mais global, que permita que a escola satisfaça as diferentes necessidades educacionais das crianças, cada vez mais heterogéneas. Esta mudança, contudo, terá que ser compatível com o desenvolvimento de um adequado sistema de apoio nas salas de aula regulares para todos os alunos, tornando assim viável a inclusão.

Porém, há várias questões a colocar que necessitam de ser melhor investigadas e que se prendem com aspectos quer relacionados com o aluno e com o meio em que é colocado, quer com a estrutura de apoio dos serviços de educação especial. Esta problemática refere-se assim à relação entre educação apropriada e colocação, parecendo-nos que as decisões de colocação e as opções políticas se baseiam em informação diminuta que possa explicar de que forma a colocação se relaciona com os resultados desejados (Kauffman *et al.*, 1995).

Sabemos também que as mudanças em educação são lentas, levando anos para serem planificadas e implementadas. Parafraseando João Barroso (citado em Bairrão, 1998) “*as coisas não mudam por decreto*”, mas através do trabalho conjugado dos diferentes intervenientes no processo educativo, sendo necessário compreender aquilo que os participantes valorizam e acreditam, bem como aquilo que praticam (Vaughn & Schummm, 1995).